Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

PROCESSO	: 2020 31000 000069
UNIDADE GESTORA	: 310100 - Secretaria da Segurança Pública - SSP
EXERCÍCIO FINANCEIRO	: 2019
ASSUNTO	: Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA	: Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 044/2020/PCA/CGE

SGD Nº 2020 09049 001277

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Secretaria da Segurança Pública - SSP**, nos termos do inciso XII do artigo 3°, da Lei Estadual n° 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, da Secretaria da Segurança Pública, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 9º da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolado na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2020, dentro do prazo que determina o inciso II, art. 4º do Decreto nº 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2019 estava sob a responsabilidade do servidor **Evaristo Ferreira da Silva** – Contador.

b) O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº 001208/O, conforme certidão, às fls. 15.

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis às fls. 63 a 145, relativos ao exercício de 2019, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).

2.2.1 Balanço Orçamentário

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

b) O Orçamento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual n° 3.434,de 02 de abril de 2019, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo, determinou como crédito inicial para o Secretaria da Segurança Pública o valor de R$ 381.511.963,00 (trezentos e oitenta e um milhões, quinhentos e onze mil novecentos e sessenta e três reais), sendo o valor autorizado de R$ 419.010.938,00 (quatrocentos e dezenove milhões, dez mil, novecentos e trinta e oito reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício, conforme demonstrado no Anexo 11, às fls. 68 a 72.

2.2.1.1 Receita Realizada

a) Houve arrecadação no valor de R$ 3.107.569,77 (três milhões, cento e sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos), referentes à remuneração de depósitos bancários, outras receitas primárias e outras transferências de convênios da união, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 65.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível baixo de arrecadação com percentual médio de 16,78%, bem abaixo do previsto, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	1.930.000,00	761.942,12	39,48
Receitas de capital	16.590.000,00	2.345.627,65	14,14
TOTAL	**18.520.000,00**	**3.107.569,77**	**16,78**

FONTE: SiafeTO- Anexo 10 (sem fonte por UG)

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100 – Recursos Ordinários	0,00	2.573,50	0,00
103 – Recursos Contrapartidas	0,00	77,42	0,00
223 – Convênios Privados	120.000,00	2.425,74	2,02
225 – Convênios Federais	18.400.000,00	3.102.429,81	16,86
227 – Convênio DETRAN/PM	0,00	28,88	0,00
236 – Doações	0,00	34,42	0,00
TOTAL	**18.520.000,00**	**3.107.569,77**	**16,78**

FONTE: SiafeTO- Anexo 10 por UG (fonte)

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 96,55%**,** conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	401.363.829,00	399.839.509,14	99,62
Despesas de capital	17.647.109,00	4.696.796,78	26,62
TOTAL	**419.010.938,00**	**404.536.305,92**	**96,55**

FONTE: SiafeTO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	399.608.492,00	399.607.966,17	99,99
103 – Contrapartida	32.703,00	32.702,74	99,99
104 – Emendas Parlamentares	849.743,00	849.742,97	99,99
223 – Convênios Privados	120.000,00	104.981,67	87,48
225 – Convênios Federais	18.400.000,00	3.940.912,37	21,42
TOTAL	**419.010.938,00**	**404.536.305,92**	**96,55**

FONTE: SiafeTO - Anexo 11 por Fonte

2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no Anexo 2 - Comparativo das Despesas, Orçada, Autorizada e Realizada por UG, às fls. 63 e 64, o montante das despesas de exercícios anteriores realizada até 31/12/2019 foi de R$ 68.433.803,01 (sessenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e três mil, oitocentos e três reais e um centavo), que equivale aproximadamente 16,92% do total das despesas realizadas no período, no valor de R$ 404.536.305,92 (quatrocentos e quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil, trezentos e cinco reais e noventa e dois centavos).

O que se pode analisar é que estas despesas por não estarem previstas ou insuficientemente alocadas no orçamento, causam a movimentação orçamentária para sua cobertura, impactando no orçamento do exercício, prejudicando em alguns casos o alcance de metas e, ainda, indicando descompasso entre o que foi previsto nos instrumentos de planejamento.

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

a) O orçamento inicial da Secretaria da Segurança Pública R$ 381.511.963,00 (trezentos e oitenta e um milhões, quinhentos e onze mil novecentos e sessenta e três reais), sendo suplementado valor de R$ 49.680.773,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e oitenta mil, setecentos e setenta e três reais) e reduzido o valor de R$ 12.181.798,00 (doze milhões, cento e oitenta e um mil setecentos e noventa e oito reais) perfazendo um montante autorizado de R$ 419.010.938,00 (quatrocentos e dezenove milhões, dez mil, novecentos e trinta e oito reais), conforme balancete às fls. 128 e 129.

b) As suplementações no orçamento inicial da Secretaria da Segurança Pública, refletem um aumento de 13,02%, o que significa dizer que o limite de solicitação de abertura de créditos adicionais suplementares está dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual de 2019 que é de 30% em cada esfera orçamentária fixada.

2.2.1.5 Do Déficit/Superávit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 78 e 79, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit no valor de R$ 401.428.736,15 (quatrocentos e um milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e trinta e seis reais e quinze centavos). Considerando o saldo das Transferências Recebidas para execução orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária o resultado gerou um déficit efetivo de R$ 24.028.522,94 (vinte e quatro milhões, vinte e oito mil quinhentos e vinte e dois reais e noventa e quatro centavos), representando 5,94% da execução da despesa total, tendo sido emitida justificativa em Nota Explicativa, às fls. 139, conforme quadro abaixo:

Receitas Realizada	3.107.569,77
Despesas Executadas	404.536.305,92
Déficit	- 401.428.736,15
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	377.403.474,66
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	3.261,45
Resultado das Transferências	377.400.213,21
Déficit	- 401.428.736,15
Déficit Efetivo	- 24.028.522,94

2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R$ 3.107.569,77 (três milhões, cento e sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R$ 381.768.019,16 (trezentos e oitenta e um milhões, setecentos e sessenta e oito mil, dezenove reais e dezesseis centavos), os recebimentos extraorçamentários no valor de R$ 64.250.495,56 (sessenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R$ 23.479.736,72 (vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R$ 404.536.305,92 (quatrocentos e quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil, trezentos e cinco reais e noventa e dois centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R$ 160.508,79 (cento e sessenta mil, quinhentos e oito reais e setenta e nove centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R$ 51.854.621,62 (cinquenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos), restando saldo de R$ 16.054.384,88 (dezesseis milhões, cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 82 a85.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls.87 e 88, demonstra uma situação negativa dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante no montante de R$ 261.359.374,05 (duzentos e sessenta e um milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinco centavos), demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo;

II) O Ativo Não Circulante foi de R$ 78.356.729,91 (setenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos), composto pelo Ativo Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante.

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, às fls. 91, demonstra um déficit financeiro de R$ 9.109.384,49 (nove milhões, cento e nove mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)**,** obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R$ 16.201.403,86 (dezesseis milhões, duzentos e um mil, quatrocentos e três reais e oitenta e seis centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R$ 25.310.788,35 (vinte e cinco milhões, trezentos e dez mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos),

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

conforme Quadro do Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, às fls. 89, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 144.

IV) Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, às fls. 87, no valor total de R$ 78.356.729,91 (setenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos), já deduzida a depreciação, havendo divergência com o SISPAT, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa às fls.162 a 165.

V) A conta contábil "Estoques", às fls. 87, apresenta saldo no valor de R$ 708.350,72 (setecentos e oito mil, trezentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos), que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 355 a 358.

VI) A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa", às fls. 87, registra saldo no valor total de R$ 16.052.792,70 (dezesseis milhões, cinquenta e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta centavos)**,** que confere com o Balancete, às fls. 114.

VII) O montante de "Caixa e Equivalente de Caixa" é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG somados aos saldos apresentados nas contas bancária e aplicações, que confere com o balancete às fls. 114 e com a conciliação bancária às fls. 359, conforme discriminação abaixo:

R$ 92.529,09 (noventa e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais e nove centavos) nas contas bancárias específicas (Banco do Brasil);

R$ 14.690.906,45 (quatorze milhões, seiscentos e noventa mil, novecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos)aplicações financeiras (Poupança);

R$ 1.269.357,16 (um milhão, duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos)de limite de saque com vinculação de pagamento.

VIII) O saldo inicial da conta "Passivo Circulante", às fls. 88, totalizam um saldo de R$ 296.758.584,13 (duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e treze centavos), correspondentes a obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo e demais obrigações a curto prazo.

2.2.3.1 Passivo Permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial, no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanente, às fls. 89 um saldo no exercício atual de R$ 275.569.746,03 (duzentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e três centavos) no passivo permanente.

Verifica-se ainda um valor que compõe o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa (para fins de Resultado Primário) de R$ 275.532.954,61 (duzentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e um centavos), às fls. 95, referente a passivos reconhecidos com

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

atributo “P”, este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, ou seja, não transitaram pela Lei Orçamentária Anual de 2019, elevando a despesa executada de R$ 404.536.305,92 (quatrocentos e quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil, trezentos e cinco reais e noventa e dois centavos), para R$ 680.069.260,53 (seiscentos e oitenta milhões, sessenta e nove mil, duzentos e sessenta reais e cinquenta e três centavos), tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 144.

No exercício anterior, houve um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R$ 248.533.650,42 (duzentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos) e fazendo um comparativo com o saldo do exercício de 2019, percebe-se que houve um aumento desses passivos.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R$ 409.318.995,80 (quatrocentos e nove milhões, trezentos e dezoito mil, novecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R$ 663.709.042,55 (seiscentos e sessenta e três milhões, setecentos e nove mil, quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de R$ 254.390.046,75 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, trezentos e noventa mil, quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme demonstrado às fls. 92 e 93.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R$ 16.054.384,88 (dezesseis milhões, cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), às fls. 109.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor negativo de R$ 7.425.351,84 (sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos) proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor negativo de R$ 1.127.522,80 (um milhão, cento e vinte e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais, oitenta centavos), das atividades de investimentos no valor negativo de R$ 8.643.456,69 (oito milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos) e das atividades de financiamento no valor de R$ 2.345.627,65 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos), que diminuindo do Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R$ 23.479.736,72 (vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos) resultou num saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R$ 16.054.384,88 (dezesseis milhões, cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R$ 20.461.339,57 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos), deste montante, R$ 18.298.394,80 (dezoito milhões, duzentos e noventa e oito mil, trezentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos) refere-se a restos a pagar processados e R$ 2.162.944,77 (dois milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos), a restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 82.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, no valor de R$ 8.485.152,27 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), demonstrado às fls. 80, do qual foi liquidado e pago R$ 4.230.704,94 (quatro milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e quatro reais e noventa e quatro centavos) e cancelado R$ 1.441.450,79 (um milhão, quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais e setenta e nove centavos), restando ainda um saldo de R$ 2.812.996,54 (dois milhões, oitocentos e doze mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), tendo sido emitida justificativa em Nota Explicativa às fls. 141.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, no valor de R$ 5.852.932,75 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos), demonstrado às fls. 81, foi pago R$ 3.821.509,68 (três milhões, oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e nove reais e sessenta e oito centavos)e cancelado R$ 5.118,75 (cinco mil, cento e dezoito reais, setenta e cinco centavos), restando um saldo de R$ 2.026.304,32 (dois milhões, vinte e seis mil, trezentos e quatro reais e trinta e dois centavos), tendo sido emitida justificativa em nota explicativa às fls. 140.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 16 a 61, consoante disposições do art. 9º, inciso III da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da Secretaria da Segurança Pública, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.433/2019, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.434/2019.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestre do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

3.1 Objetivos e Metas Estabelecidos no PPA:

3.1.1 Objetivos

No relatório de gestão está demonstrado que as atribuições da Secretaria da Segurança Pública, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance de 01 (um) objetivo, definido no Programa Temático 1160 – Segurança Cidadã, conforme demonstrativo às fls. 23 e 24.

3.1.2 Metas Regionalizadas

Para o ***Objetivo 0446 - Assegurar celeridade e efetividade na condução do processo investigativo e na promoção da cidadania***, foi estabelecida 01 (uma) meta regionalizada, sendo apresentado o índice apurado zerado, tendo sido as justificativas apresentadas pelos responsáveis, às fls. 28.

Meta			Metas do Objetivo (2016 - 2019)		Execução	
Código	**Descrição**	**Região**	**Medida**	**Prevista**	**2019**	**%**
Programa 1160 - Segurança Cidadã						
Objetivo – 0446 - Assegurar celeridade e efetividade na condução do processo investigativo e na promoção da cidadania.						
4129	Aumentar a taxa de elucidação de homicídio doloso	Estadual	%	**50,00**	**0,00**	0,00 %

3.2 Indicadores

A avaliação do grau de efetividade do alcance do objetivo definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 01 (um) indicador, não tendo sido detalhado as variáveis descritas na fórmula para demonstrar como se deu o alcance do índice desejado, também não foi considerado para análise do índice apurado do somatório dos 03 (três) anos anteriores da vigência do PPA 2016-2019, conforme análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 26.

3.3 Ações Temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema de Administração Financeira do Estado do Tocantins - SiafeTO, durante o exercício de 2019, houveram 11 (onze**)** ações temáticas vinculadas ao Programa Temático 1160 – Segurança Cidadã, as quais representaram um orçamento autorizado de 38.437.001,00 (trinta e oito milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e um reais), conforme demonstrado às fls. 30 a 47.

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira								Metas Físicas			
Ação	Orçamento Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Produto	Prevista	Realizado	Execução (%)
Programa 1160 – Segurança Cidadã											
1003	16.649.000,00	-2.643.051,00	14.005.949,00	7.604.553,51	7.604.553,51	54,29	54,29	veículo adquirido ou locado	**230**	**230**	100
1039	150.000,00	1.239.350,00	1.389.350,00	1.389.349,89	950.172,41	99,99	68,38	Unidade atendida	**1**	**98**	9.800
1084	8.740.000,00	379.023,00	9.119.023,00	1.931.299,90	763.777,65	21,17	8,37	unidade reaparelhada	**6**	**80**	1.333,33
2031	20.000,00	29.656,00	49.656,00	49.655,25	49.655,25	99,99	99,99	Profissional capacitado	**3**	**577**	19.233,33
2043	30.000,00	-24.898,00	5.102,00	5.100,75	5.100,75	99,97	99,97	Pessoas atendidas	**1.500**	**2.660**	177,33
2082	1.020.000,00	27.693,00	1.047.693,00	399.093,17	399.093,17	38,09	38,09	Parque tecnológico modernizado	**1**	**1**	100,00
2105	12.996.703,00	-1.699.541,00	11.297.162,00	11.071.770,62	10.739.533,93	98,00	95,06	Unidade mantida mensalmente	**185**	**221**	119,45
2113	1.290.000,00	-303.709,00	986.291,00	975.288,66	906.033,96	98,88	91,86	Centro mantido	**1**	**1**	100
2120	1.010.000,00	-473.225,00	536.775,00	536.774,38	535.759,63	99,99	99,81	solicitação atendida	**1.200**	**1.200**	100
Total Geral	**41.905.703,00**	**-3.468.702,00**	**38.437.001,00**	**23.962.886,13**	**21.953.680,26**	**62,34**	**57,11**				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Depreende-se da análise acima que a Secretaria da Segurança Pública, apresentou, de forma geral, um razoável desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 62,34% dos recursos autorizados.

c) Constata- se que na ação 1084, às fls. 34 e 35, foi verificado um baixo desempenho financeiro de 21,17%, tendo alcançado mais 100% da meta física planejada, observado um equívoco no lançamento do produto da ação: “unidade da segurança pública reaparelhada” e não a “quantidade de equipamentos adquiridos” para estas unidades, diante disso, restou prejudicada a análise do cumprimento da meta física da referida ação.

d) Quanto a ação 2082, observou-se baixo desempenho orçamentário e financeiro de 38,09%, entretanto, alcançaram 100% de execução da meta física planejada, tendo sido emitido esclarecimentos apresentados pelo responsável da ação temática, conforme a análise e justificativa no demonstrativo, às fls. 38 e 39.

e) As ações 1039, 2031, 2043, 2105, desempenharam execução orçamentário e financeiro de 99,99, 99,99%, 99,97% e 98%, respectivamente, e superaram significativamente a meta física planejada em 9.800%, 19.233,33%, 177,33% e 119,45%, conforme demonstrativos, às fls. 32, 33, 36, 37, 40 e 41.

f) Na ação 1003, às fls. 30, há divergência no quantitativo da meta física lançado no campo meta física executado “230 - veículos adquiridos e locados”, em relação ao quantitativo de veículos adquiridos ou locados descritos na análise da ação, identificamos apenas 23 (vinte e três) veículos adquiridos ou doados, diante disso, restando prejudicada a análise precisa do cumprimento da meta física da referida ação.

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

3.4 Ações de Gestão

A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, com um total de 04 (quatro) ações de gestão financeira, representaram um orçamento autorizado de R$ 380.573.937,00 (trezentos e oitenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, novecentos e trinta e sete reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 99,99 de execução, conforme quadro abaixo e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 48 a 53.

Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
2318	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.924.750,00	617.271,00	4.542.021,00	4.541.573,77	4.387.834,87	99,99	96,60
2222	Manutenção de Recursos Humanos	334.271.510,00	39.754.915,00	374.026.425,00	374.026.395,17	374.026.395,17	99,99	99,99
2271	Manutenção de Serviços de Transporte	1.000.000,00	1.005.491,00	2.005.491,00	2.005.450,85	2.005.450,85	99,99	99,99
2259	Manutenção de Serviços de Informática	410.000,00	-410.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		**339.606.260,00**	**40.967.677,00**	**380.573.937,00**	**380.573.419,79**	**380.419.680,89**	**99,99**	**99,95**

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOSCONGÊNERES

No que concerne à Secretaria da Segurança Pública, houve recebimento de recursos de convênio da União, no valor de R$ 2.345.627,65 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos), conforme demonstrado no anexo 10, às fls. 65, e não houve recursos concedidos aos municípios e entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado anexo 2, às fls. 65.

No entanto, consta inscrição em restos a pagar na ordem de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) a municípios, conforme demonstra o Relatório dos Saldos a Liquidar das Notas de Empenho - IMPSALDO, às fls. 97 a 108.

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Secretaria da Segurança Pública, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

Com base na Instrução Normativa CGE nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para Controladoria, foram analisados 03 (três) processos, sendo 02 (dois) concernentes à adesão em ata de registro de preços e 01 (um) de inexigibilidade de licitação, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas, e ainda, a Controladoria dedica-se a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais, telefônicos e via oficio, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.

6. AUDITORIAS E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2019 não foi realizada nenhuma auditoria e Inspeção na Secretaria da Segurança Pública, ressaltamos, porém, que no exercício em análise foram realizadas 8 (oito) procedimentos fiscalizatórios nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo abaixo relacionados:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETIVO	INSTRUMENTO
Auditoria de Regularidade	Banco do Empreendedor – Vinculado com a Setas	Examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.	Portaria CGPT Nº 90/2018/GABSEC, de 17 de outubro de 2018, que instaura Auditoria de Regularidade no âmbito do Banco do Empreendedor (Diário Oficial do Estado nº 5.221, de 19 de outubro de 2018).
Auditoria Operacional	Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes	Avaliar o desempenho do "Sistema de Transporte Escolar", tendo por finalidade subsidiar os responsáveis pela tomada de decisões com propositura de medidas para o aperfeiçoamento do sistema.	Portaria CGE nº 16/2019/GABSEC, de 15 de fevereiro de 2019, que instaura Auditoria Operacional no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Diário Oficial do Estado nº 5.301, de 15 de fevereiro de 2019).
Auditoria Interna Contábil	Polícia Militar do Estado do Tocantins	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/ TO – 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 33/2019/GABSEC, de 08 de abril de 2019, que restabelece os trabalhos da Comissão de Auditoria Interna Contábil, realizada na Polícia Militar do Estado do Tocantins, designada pela Portaria CGE nº 60/2018/GABSEC, de 03 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.171, de 07 de agosto de 2018, fixando a data limite até o dia 06 de maio de 2019, considerando ainda, o inteiro teor do Ofício Comissão de Auditoria CGE nº 08/2019, onde expõem pormenorizadamente os motivos da solicitação de restabelecimento do prazo fixado na Portaria CGE nº 105/2018, de 07 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.255, de 11 de dezembro de 2018.
Auditoria Interna Contábil	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO – 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 35/2019/GABSEC, de 12 de abril de 2019, que instaura Auditoria Interna Contábil no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Defesa Agropecuária (Diário Oficial do Estado nº 5.340, de 16 de abril de 2019).

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

Auditoria Interna Contábil	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, bem como seus Fundos Vinculados	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO – 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 36/2019/GABSEC, de 12 de abril de 2019, que instaura Auditoria Interna Contábil no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros, Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil e Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros (Diário Oficial do Estado nº 5.340, de 16 de abril de 2019).
Auditoria de Regularidade	Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação	Verificar pormenorizadamente as inconsistências que impedem a aprovação da Prestação de Contas Final do Convênio Federal, o qual fora a fonte de recursos para sua implementação.	Portaria CGE nº 87/2019/GABSEC, de 08 de julho de 2019, que instaura Auditoria no âmbito da Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação, especificamente no Projeto de Irrigação São João (Diário Oficial do Estado nº 5.394, de 09 de julho de 2019).
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Atender Requisição nº 359/2019 – 28º PJC, referente ao Procedimento Preparatório nº 2019.0001924, emitido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins.	Portaria CGE Nº 169/2019/GABSEC, de 16 de agosto de 2019, que instaura procedimento de Fiscalização no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, especificamente sobre os atos e fatos referenciados na Requisição nº 359/2019 – 28º PJC, referente ao Procedimento Preparatório nº 2019.0001924, emitido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins (Diário Oficial do Estado nº 5.423, de 20 de agosto de 2019).
Fiscalização	Agência Tocantinense de Saneamento – ATS	Atender Diligência nº 16.674/2019, emitida por meio do Ofício nº 197/2019, 28º PJC, de 09 de outubro do corrente ano, proveniente do Ministério Público do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 292/2019/GABSEC, de 30 de outubro de 2019, que instaura procedimento de Fiscalização no âmbito da Agência Tocantinense de Saneamento – ATS, especificamente sobre os atos e fatos referenciados na Diligência nº 16.674/2019, emitida por meio do Ofício nº 197/2019, 28º PJC, de 09 de outubro do corrente ano, proveniente do Ministério Público do Estado do Tocantins (Diário Oficial do Estado nº 5.475, de 1º de novembro de 2019).

7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram procedimentos fiscalizatórios na Secretaria da Segurança Pública no exercício em análise, conforme declarado às fls. 445.

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) Com referência à força de trabalho, foi informado pelo Órgão, como demonstrado, às fls. 394 a 406, um quantitativo de 2.771 (dois mil setecentos e setenta e um) servidores, sendo 2.054 (dois mil e cinquenta e quatro) servidores efetivos, 40 (quarenta) comissionados, 21 (vinte e um) efetivos comissionados, 397 (trezentos e noventa e sete) efetivos com função de confiança, 01 (um) celetista, 224 (duzentos e vinte e quatro) contratos temporários, 04 (quatro) requisitados, 01 (um) requisitado comissionado, 02 (dois) pensão especial e 27 (vinte e sete) desligados, conforme folhas de pagamento do mês de dezembro de 2019.

b) Quanto aos quantitativos de servidores admitidos no exercício de 2019 às fls. 397 a 406, foi informado que houve admissão de 248 (duzentos e quarenta e oito), sendo 08 (oito) por meio de concurso e 240 (duzentos e quarenta) por meio de contratos temporários.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Cristiano Barbosa Sampaio, Marcelo Santos Falcão Queiroz e outros** relacionados neste processo, às fls. 03, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.1.1 alínea "b", 2.2.1.3, 2.2.1.5, 2.2.3 alínea "b" I, III** e **IV, 2.2.3.1, 2.2.4, 2.2.6 alíneas "a", "b"** e **"c", 3.1.2, 3.2** e **3.3 alíneas "c", "d"** e **"f"** deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2020.

Assinado eletronicamente
Regiane Sousa Chaves
Gerente PPA

Assinado eletronicamente
Jalles Martins Parente
Analista/Contador

Assinado eletronicamente
Lorrayne Debora Borges Mendes
Analista/Supervisor

Assinado eletronicamente
Valterly Silva Passos
Gerente de Auditoria em Políticas de Sociais e Segurança Pública

Assinado eletronicamente
Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente
Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção

Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Av. NS-02, Prédio I, s/nº. Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
www.cge.to.gov.br

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.

Em 26/02/2020.

Assinado eletronicamente
Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente